

Entre Keynes e Walras – ensaio metodológico

Between Keynes and Walras – an essay on methodology

Tatiana Rimoli GZVITAUSKI¹

Resumo

O embate entre clássicos e keynesianos coloca em cheque a generalidade e o papel da economia teórica na descrição, compreensão e diligência do cenário e do agente econômicos. Ainda que em momentos de crise a prescrição keynesiana retorne ao cerne das análises, a preponderância do discurso ortodoxo mostra que há, na própria sociedade, certo reconhecimento em relação ao comportamento do indivíduo e do espaço que ocupa. No descompasso entre as prescrições teóricas e as possibilidades práticas, esse artigo pretende revisar o discurso de ambas as correntes e compreender o momento de crise econômica, em que as análises entram em conflito.

Palavras-chave: Macroeconomia, Keynes, Clássicos, Crise, Teoria, Racionalidade

Abstract

The clash between classical and Keynesian economists puts into question the generality and the role of theoretical economics, whose claim lies between the description, understanding and diligence of the economic scenario and its agent. Even in times of crisis, when the Keynesian prescription return to the analyzes, the preponderance of orthodox discourse shows that there is, in society itself, some recognition in relation to the behavior of the individual and the space it occupies. In the gap between theoretical requirements and practical possibilities, this article seeks to revise the speech of both strains, and to understand the crisis scenario, where they conflict.

Key-words: Macroeconomics, Keynes, Classics, Crisis, Theory, Rationality

¹ Mestre em Economia pela FCLAr-UNESP. Docente na Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo. E-mail: tatianarimoli@gmail.com

Introdução

A incongruência que regulamenta a complicada relação estabelecida entre as proposições acadêmicas keynesianas e a assim dita racionalidade humana, artefato indiscutível da ciência econômica, é passível de ponderação: em momentos de crise, a teoria keynesiana de reforma e regulação ganha novo ímpeto, à medida em que se espera que alguma intervenção seja capaz de conter as atitudes e descompassos por sobre os quais recai a culpa da desestabilização do sistema; não há, no entanto, procura pelas explicações e conselhos nitidamente keynesianos quando a bonança ou calmaria preenchem tanto o sistema quanto o homem econômico.

Nesses momentos, prepondera a teoria que preza por algum afastamento entre o analista e seu objeto de estudo, e trata, assim, com maior generalidade o agente que avalia e a própria sociedade que o comporta. Em uma tentativa cientificista, a teoria clássica observa o indivíduo apenas como agente de troca, e desconsidera questões que fogem da esfera unicamente econômica na tentativa de realizar um estudo mais objetivo e genérico do funcionamento da economia e do homem econômico.

A preocupação em manter o cientificismo teórico da elaboração ortodoxa impede explicações mais

congruentes sobre as falhas do cenário econômico, porque o observa por sua conjuntura de mercado e não por sua composição sistêmica; mas, agrada à racionalidade humana incisiva sobre seu próprio comportamento enquanto indivíduos diferenciados. Nesse sentido, a corrente keynesiana atua contra o ciclo não apenas por oferecer uma análise distinta do *mainstream*, mas também por observar o agente social além do indivíduo; e, costuma ser resgatada em momentos em que a crise coloca em xeque o funcionamento da economia.

Esse artigo está dividido em duas seções que revisitam, brevemente, as teorias clássica e keynesiana, colocando em questão suas maneiras de observar o indivíduo e o espaço em que atua. Essa segunda seção é ainda destinada a uma discussão sobre a crise financeira recente, que tem por objetivo levantar pistas sobre os desdobramentos modernos da teoria econômica. Por fim, a conclusão retoma as principais considerações levantadas ao longo do artigo e elege a teoria pós-keynesiana como caminho fundamental a novas descobertas do pensamento econômico.

Embasamento Clássico

Que é a teoria clássica (da taxa de juros)? Trata-se da teoria que serviu de base para a formação de todos nós e que, até recentemente, todos nós aceitamos quase sem reservas.

Mesmo assim, parece-me difícil expô-la com precisão ou descobrir-lhe um enunciado explícito nos principais tratados da escola clássica moderna (KEYNES, 1998. p. 143).

A teoria que nasceu com a mão invisível de Adam Smith, visível pela primeira vez em 1776 com a publicação de "A Riqueza das Nações", seguiu linhagem durante os séculos XVIII e XIX com grandes nomes como Thomas Malthus, John Law, Stuart Mill, David Ricardo, Jean Baptiste Say, Léon Walras e Vilfredo Pareto. As diversas contribuições encabeçaram um cientificismo econômico que explica o homem em primeira e última instância, na medida em que o decifra e generaliza, a ponto de reconhecer seus gostos, preferências e tendências, seja na esfera individual ou coletiva. Enquanto teoria científica, a economia clássica é objeto de estudo e ensino disseminado em grandes centros de pesquisa e em diversas universidades – muitas vezes sob um disfarce neutro.

Ainda que seja, hoje, difícil separar com destreza o pensamento dos diversos autores que compõem, em linhas gerais, a escola clássica, o esforço se valida no sentido de ressaltar que a noção de equilíbrio se aprofundou e especificou ao longo do tempo, tornando-se cada vez mais intimista e determinista na escola neoclássica do que poderia se argumentar através de Smith e Ricardo. É evidente que o equilíbrio automático da mão invisível

deu – e ainda dá – aporte suficiente para o equilíbrio de Ótimo de Pareto, mas a esse último pretende-se maiores condições e mais detalhadas características que, ao longo da formulação da teoria como hoje se apresenta, foram sendo constituídas.

Há, portanto, inúmeras teses, hoje defendidas através de argumentação teórica e modelagens matemáticas, cuja origem mais distante, na escola clássica, foi deixada a um passado mais geral e genérico. As referências basilares, então, mesmo de economistas mais modernos, estão no cerne da teoria clássica, e uma clara definição dos pressupostos gerais da escola em questão foi aquela feita por Walras em "Elementos da Economia Política Pura":

O homem é um ser dotado de razão e de liberdade, capaz de iniciativa e de progresso. Em matéria de produção e de repartição da riqueza, como em geral em qualquer matéria de organização social, ele pode escolher entre o bem e o mal e cada vez mais avança do mal para o bem. Foi assim que passou do sistema de corporações, regulamentos e tarifas, ao sistema da liberdade da indústria e do comércio, ao sistema do *laisser faire* e *laisser passer*; da escravidão à servidão; da servidão ao salariado (WALRAS, 1996. p. 34).

E continua:

Ora, de saída, os fatos produzidos no mundo podem ser considerados de duas espécies: uns têm sua origem no jogo das forças da natureza, que são forças cegas e fatais; outros têm sua origem no exercício da vontade do homem, que é uma força clarividente e livre (WALRAS, 1996. p.56).

Esse trecho basilar revela como se estrutura a teoria walrasiana e, de forma geral, toda a economia clássica, ou seja, em cima da ideia de que o homem é um ser dotado de razão por natureza e de liberdade por escolha, o que o insere no cerne de um agrupamento de indivíduos – o que não chega, aos olhos da teoria heterodoxa, a poder ser chamado de coletivo. Essa liberdade permite que o agente, em pleno uso de sua racionalidade pragmática, faça cálculos “de prazeres e de dores” e ordene suas preferências de acordo com o nível de satisfação e saciedade que almeja.

Apesar de ser um cálculo essencialmente individual, esse raciocínio, pela lógica, pode ser maximizado até formular as teorias macroeconômicas que pedem por liberdade de ação dos diversos indivíduos que atuam na esfera econômica – o que em palavras mais diretas se poderia traduzir por uma não intervenção do Estado – em prol da maximização da utilidade agora não apenas dos agentes separadamente, mas somados sob o jugo tantas vezes improfícuo da autoridade monetária. Walras define utilidade:

Digo que as coisas são úteis desde que possam servir a um uso qualquer, desde que atendam a uma necessidade qualquer e permitam sua satisfação. [...] Digo que as coisas existem à nossa disposição apenas em quantidade limitada desde que elas não existam em quantidade tal que cada um de nós possa encontrá-las ao alcance e à vontade para satisfazer inteiramente a necessidade

que tem delas. Há no mundo certo número de utilidades que, desde que não falem completamente, existem à nossa disposição em quantidade ilimitada. [...] As coisas úteis limitadas em quantidade são apropriáveis. As coisas inúteis escapam à apropriação: ninguém pensa em apropriar-se de coisas que não possam servir para nenhum uso. Também as coisas úteis, mas existindo em quantidade ilimitada, não são apropriáveis (WALRAS, 1996. p.46).

A definição de utilidade passa, dentro do discurso walrasiano, pela afirmativa da escassez de recursos e por sua contradição essencial frente às necessidades humanas ilimitadas. É útil, afinal, aquilo que atende às necessidades dos homens sem saciá-las, porque o útil é limitado e apropriável. Vê-se, por essa exposição, que é cara à teoria clássica o aspecto da racionalidade que dá vazão à teoria da utilidade. De alguma maneira, espera-se equiparar utilidade e bem-estar porque seria pouco coerente encontrar utilidade em algo já suficientemente limitado não fosse esse algo um passo mais próximo da satisfação do indivíduo.

Em nível macroeconômico, a utilidade nas limitações explica, em partes, a dificuldade de satisfazer a todos os indivíduos apesar da naturalidade de suas escolhas bem ordenadas e de sua inestimável clarividência: as restrições não fazem parte dos agentes, elas são externas a ele. Pode haver restrição orçamentária; restrição de disponibilidade natural; escassez de moedas e de recursos: mas ainda assim não compete ao ser humano

qualquer espécie de altruísmo, malgrado e frustrante, porque está na maximização de sua própria utilidade a saída, mesmo que egoísta, para o conjunto.

A teoria compreende que, dadas essas restrições naturais às limitações da fisicalidade humano-mundana, há necessária e determinada propensão a trocas materiais, meio único pelo qual se tornaria possível o acesso a tudo aquilo que não pode ser produzido individualmente. Não uma simples necessidade, mas uma propensão pacífica às trocas advinda do reconhecimento de que cada agente tem limitações determinantes enquanto ofertantes, mas preferências monotônicas quando demandantes. Uma ideia razoável, mais significativa à medida em que se aprofunda a divisão do trabalho, e especialmente mais crível dentro da sociedade do consumo, e, no entanto, fetichista, no sentido marxista, por esconder em simplificação alguns significados, como a pretensão de igualdade entre indivíduos que se colocam no mercado de forma evidentemente desigual.

O primeiro e mais claro ponto de inquietação de Keynes em relação aos postulados clássicos se refere às condições de trabalho, salário e emprego de forma geral. Apesar dessa pista estar logo no título de “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, muitas das formulações keynesianas se fazem no sentido de

questionar a proposição, centrada no indivíduo, de que dependia do homem-trabalhador o impulso de estar ou não empregado, algo que ocorreria positivamente caso a utilidade marginal do trabalho superasse, para aquele indivíduo especificamente, a utilidade marginal do lazer, por exemplo. No texto do livro, o autor se posiciona afirmando:

A teoria clássica do emprego — supostamente simples e óbvia — baseou-se, acho eu, praticamente sem discussão, nos dois postulados fundamentais que seguem: I. O salário é igual ao produto marginal do trabalho. Isso quer dizer que o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido de uma unidade (após a dedução de quaisquer outros custos que essa redução evitaria), com a restrição de que a igualdade pode ser afetada, de acordo com certos princípios, pela imperfeição da concorrência e dos mercados. II. A utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego. Isto significa que o salário real de uma pessoa empregada é exatamente suficiente (na opinião das próprias pessoas empregadas) para ocasionar o volume de mão-de-obra efetivamente ocupado, com a restrição de que a igualdade para cada unidade individual de trabalho pode ser alterada por combinações entre as unidades disponíveis para empregar-se, análogas às imperfeições da concorrência que qualificam o primeiro postulado. O que se entende por desutilidade é qualquer motivo que induza um homem ou grupo de homens a recusar trabalho, em vez de aceitar um salário que para eles representa uma utilidade inferior a certo limite mínimo (KEYNES, 1998. p. 46).

Essa discussão, que categoriza e define os postulados essenciais, se

aprofunda em dois diferentes caminhos:
(1) o equilíbrio entre Oferta e Demanda;
(2) as formas de desemprego.

No modelo clássico, a oferta é dada e a demanda é sempre capaz, se em condições suficientes de liberdade, de encontrá-la em uma posição de equilíbrio. Essa hipótese, fundamentada pela Lei de Say demonstra que se há, tanto no indivíduo quanto em seu conjunto suficientes graus de racionalidade, liberdade e clarividência, então só é possível, dada a completude de informação que vigora em saber que não apenas eu, mas todos os agentes são motivados pela mesma natureza humana, que no final de cada processo – mesmo que ele seja um ciclo ininterrupto – se equilibrem as forças de oferta e de demanda.

E se assim está claro que o equilíbrio se dá em todos os mercados, então as implicações desta afirmação são mais rápidas: (a) a formalização da Lei de Say – “a oferta cria sua própria demanda”; (b) quaisquer interferências políticas que afastem o *laissez-faire* são inúteis e até prejudiciais; (c) o total dos custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto; (d) tudo que for poupado deve, obrigatoriamente, ser gasto – e disso decorre que a poupança é necessariamente igual ao investimento; (e) qualquer excesso de oferta em algum produto significa, necessariamente, uma

falta de oferta em outro produto – porque o equilíbrio acontece em todos os mercados².

Em relação às formas de desemprego, Keynes coloca em xeque a ideia de propensão pacífica às trocas, porque, apesar de conter uma explicação coerente e mesmo lógica do processo que leva indivíduos ao desemprego, se mostra asséptica na medida em que ignora diferenças socioculturais dos agentes cujas preferências aparentemente são defendidas, via racionalidade, no mercado. A escola clássica classifica o desemprego de duas maneiras, uma racional e outra transitória. Esta, temporária, parte do reconhecimento de que existem algumas falhas sistemáticas na economia que impedem o fluxo contínuo de informações que, por sua vez, permitiriam uma comunicação clara entre agentes interessados em ofertar ou demandar trabalho de acordo com as possibilidades e preços disponíveis.

Aquela, racional, é na verdade premissa da anterior. Todos os agentes são confrontados com decisões, diariamente, que definem a medida equilibrada da realização das trocas. Ofertarão emprego, portanto, aqueles agentes capitalistas cujos preços dos salários, por exemplo, parecerem suficientemente atraentes para

² As seções V e VI do Segundo capítulo d’ “A Teoria Geral” tomam caminhos menos apressados nesses aspectos, tanto relativos aos impactos quanto aos postulados em si.

preferir contratar mais trabalhadores e investir em menos máquinas. E, pelo mesmo raciocínio, demandarão emprego somente aqueles trabalhadores que, pelos níveis de salários ofertados, preferirem o emprego ao lazer, deixando os demais agentes numa situação de desemprego voluntário.

Keynes coloca em discussão a abrangência dessa classificação, especialmente porque, de forma geral, se torna possível afirmar que em qualquer economia estarão empregados todos aqueles que desejarem trabalhar pelos salários disponíveis, com exceção excepcional daqueles temporariamente alienados, que porventura não souberam de um aumento real dos salários e por isso ainda aproveitam o lazer de suas casas. Em momentos mais específicos de crise, o desemprego involuntário se torna aparente, e pessoas que se conformam com quaisquer posições e salários continuam confinadas à não remuneração.

Ainda que a teoria clássica tenha sofrido modificações ao longo de anos que fugiram à vida de John Maynard Keynes, e tenha, em síntese, procurado evitar determinismos tão diretos em relação aos postulados reducionistas da teoria clássica como aqui exposta, o prognóstico e a prescrição dessa escola de pensamento para a crise – de forma geral e também particular às crises financeiras – são coerentes com a avaliação já feita, o que

ameniza a falta de especificidades, neste artigo, relativas ao diversos autores que colaboraram e colaboram para o *mainstream economics*.

Assim como o lago é às vezes profundamente perturbado pela tempestade, o mercado é às vezes agitado violentamente por crises, que são perturbações súbitas e gerais do equilíbrio. E tanto melhor poderemos reprimir ou prevenir essas crises quanto melhor conhecermos as condições ideais do equilíbrio (WALRAS, 1996. p. 146).

A corrente liberal ou clássica é a mais difundida das correntes econômicas, dentro e fora da academia. De maneira simples, o pensamento tal como é formulado coloca o homem no centro de toda a análise, e parte de seu comportamento para descrever o mundo que ele mesmo vivencia. Apesar de abordar com naturalidade fenômenos relacionados à atividade humana, considera, em alguns aspectos, as diferenças que podem existir em cada agente econômico, mas centra no comportamento genérico da racionalidade do homem as explicações de cunho social e macroeconômico.

Esse aparente reducionismo é justificado na tentativa de compor a Economia enquanto ciência, ainda que social, capaz de criar modelos autoexplicativos aplicáveis a diferentes realidades. A boa intenção, no entanto, não explica análises macroeconômicas que parecem extensões de paradigmas e

pressupostos microeconômicos - criados de forma que a racionalidade, a clarividência e a liberdade dos agentes são ampliadas para orquestrar um universo econômico em que o conhecimento pleno e a tendência ao equilíbrio expõem as necessidades intervencionistas e transformam a crise em um acontecimento se não esporádico ao menos fruto descuidado de uma política governamental desnecessária.

Revisionismo Heterodoxo: A Crise e a Regulação

É considerada crise toda manifestação súbita de alguma condição que, por mais ou menos tempo, fora ignorada ou se manteve imperceptível àqueles que, inevitavelmente, acabaram atingidos. Nesse sentido, uma crise econômica não parece diferir-se de uma crise cardíaca: a condição doentia, ainda que presumível e tratável, é muitas vezes difícil de prever. Isso porque não apenas atitudes ofensivas ao pleno funcionamento do sistema – humano ou econômico – são causas determinantes dessa conjuntura, mas também interferem a história – genética ou social – e demais condições pré-existentes que, longe da responsabilidade dos que padecem, acontecem sem grandes avisos.

A crise no sistema capitalista de produção é tão histórica quanto é contemporânea: suas manifestações e

consequências tanto se assemelham quanto suas condições de insurgência. Diversas foram as teorias econômicas que se propuseram a estudá-la e absorve-la de modo que fosse possível evitá-la ou ao menos remediar seus drásticos efeitos. O modo financeirizado da acumulação capitalista deu às crises mais dinamismo de devastação, e a necessidade teórica tomou novo fôlego e novo ímpeto. Enquanto a corrente marxista-keynesiana argumenta em favor do caráter cíclico e estrutural que define a crise e insiste na regulamentação sistêmica, a racionalidade econômica se estende enquanto pensamento dominante.

Nesse descompasso entre a impossibilidade de solução de crises dada pelos mecanismos de mercado e a persistente crença de que esses próprios mecanismos, se livres para pleno funcionamento, jamais levariam a uma crise de qualquer natureza, se inserem análises que, se em períodos de bonança aparentemente muito se distanciam, em momentos de crise se assemelham.

A crise financeira recente, originária nos Estados Unidos, reacendeu no debate econômico a necessidade de procurar interpretações sobre o sistema que dessem conta de compreender tanto os processos que a acarretaram quanto as medidas aplicadas para contê-la ou corrigi-la. Como para os herdeiros de Keynes, pós-keynesianos, a crise financeira não tem apenas explicação conjuntural, mas é

consequência de um conjunto de transformações e processos históricos, a avaliação de que o sistema econômico opera em um ambiente de incerteza, o que dá aos agentes econômicos papel ativo nas decisões de investimento, determinadas, quase exclusivamente, por suas expectativas acerca do futuro é a explicação fundamental para a crise de 2008.

De acordo com Keynes, a crise é parte integrante do sistema econômico e, de acordo com os pós-keynesianos, é ainda agravada pelo sistema financeiro, uma vez que a complexidade da movimentação de ativos deixa as expectativas dos agentes mais vulneráveis a alterações econômicas que afetem a preferência pela liquidez.

Para os herdeiros da teoria *mainstream*, a crise imobiliária americana tem motivações mais recentes e conjunturais, como as baixas taxas de juros praticadas pelo Federal Reserve no momento imediatamente anterior à crise, que aceleraram a inflação de preços dos imóveis nos Estados Unidos, ou os problemas criados pela inabilidade do governo americano em lidar com crise das empresas *dotcom*, oito anos antes, que incentivaram o aumento dos preços dos imóveis e a grande concessão de crédito e hipotecas no país pré-crise.

Ainda assim, a maioria dos autores tidos, hoje, como teóricos ortodoxos, como Krugman (2012), Stiglitz (2010) e Acemoglu

(2009), chama atenção para as transformações (em especial aquelas relacionadas às novas tecnologias da informação e da comunicação) que produziram um sistema financeiro desregulamentado e com incentivos à tomada de risco excessivo de empresas e as falhas de risco moral dos governos. Esse reconhecimento de que a crise financeira recente pode ter motivação de uma transformação sistêmica aproxima os autores da corrente *mainstream* daqueles inspirados em Keynes.

A crise da acumulação financeira é, para autores de ambas as correntes, mais rápida e corrosiva do que demais instabilidades econômicas porque a liberdade que as finanças encontram em relação à produção é em si mais abrangente. Como para a visão keynesiana a disposição e as expectativas dos agentes formam e são formadas a partir do que está posto e lhes é visível, a temporalidade apressada das finanças dificulta o acesso a informações melhor estruturadas, e apenas uma manipulação de dados econômicos poderia, com destreza, caracterizar o universo a que pertencem.

Dessa maneira, a possibilidade corrente é de que a qualquer momento haja uma fuga a favor ou contra a liquidez que mude completamente o estado de satisfação e medo dos diversos agentes. Esse mecanismo, para a corrente ortodoxa, é ilógico, uma vez que a racionalidade

humana se desdobra em condições de equilíbrio em todos os mercados. Esses autores reconhecem, no entanto, que transformações no sistema financeiro possam tê-lo minado, o que tornaria certa regulamentação necessária, ainda que com um intervencionismo bem direcionado e diminuto.

Na academia, por ambas as correntes teóricas aqui tratadas, e nos diversos meios de comunicação, a crise de 2008 fez ser relido e retomado o trabalho do pós-keynesiano Hyman Minsky (GZVITAUSKI, 2015). Em diversos autores, houve, inclusive, a suspeita da ocorrência de um Momento Minsky³. Para Minsky (1992), a transição de um sistema dominado por ativos reais para um sistema basicamente financeiro agravou as instabilidades da economia como um todo. Como as decisões de investimento em ativos reais são necessariamente de longo prazo, eles se caracterizam como apostas no tempo, que só se concretizam ou frustram depois que se confirmam ou não as incertezas.

As apostas de curto prazo podem ser revisitadas mais vezes, o que não só diminui o grau de incerteza e insegurança dos agentes, mas também permite que apostas mais arriscadas sejam sancionadas

assim que fica perceptível que não serão confirmadas as expectativas. Paradoxalmente, portanto, ainda que as incertezas sejam diminuídas, no sentido de serem revisitadas, para os agentes que lidam com ativos financeiros, a instabilidade que provocam – por poderem, esses agentes, mudar rapidamente suas expectativas e atitudes concretas – é maior do que a dos investidores em ativos reais.

Olhando para o mundo sob a lente da financeirização, Hyman Minsky (1987) deixou ainda mais evidente que a preferência pela liquidez keynesiana sofria forte influência da ambiciosa atitude dos agentes que, sob severas condições de incerteza, passaram a escolher não entre investir ou poupar, mas entre manterem-se líquidos ou serem premiados pela renúncia à liquidez na esfera financeira; ou seja, premiados pela taxa de juros. A particularidade da dimensão financeira é dinâmica, uma prova de que a instabilidade do sistema e comunicação entre suas diferentes esferas e agentes é mais rápida e sofisticada, e, portanto, mais incerta e insegura:

Uma economia capitalista que opera sem restrições e que possua um sistema financeiro sofisticado, complexo e em contínua evolução, apresenta períodos de estabilidade e períodos de comportamento turbulento e até mesmo caótico. A busca da realização de interesses próprios pelas diversas unidades (operacionais e financeiras) que constituem uma economia capitalista

³ Termo, criado por Paul McCulley para caracterizar a crise financeira russa de 1998, que descreve um ponto ou processo de redução brusca na disponibilidade de crédito e uma tendência insolvente na economia, após um período de tranquilidade.

leva, ao longo do tempo, à emergência de condições propícias ao comportamento turbulento e caótico da economia mesmo partindo-se de situações que previamente tenha favorecido uma trajetória estável. (Minsky, 1994, p. 21).

De acordo com Minsky (1992), essa tendência de momentos estáveis se transformarem em comportamentos turbulentos é própria da economia financeira e deve ser corretamente assimilada pelo governo e pela autoridade monetária através da atuação do *Big Government* e do *Big Bank*, ou *Lender of Last Resort*. A instabilidade, de acordo com o pós-keynesiano, própria do cenário econômico, é suficiente para que crises financeiras sejam parte do sistema e não simples manifestações conjunturais. Com o cenário futuro incerto e em um contexto de predominância financeira, em que as possibilidades de gastos e financiamentos são ampliadas, o endividamento dos agentes econômicos contribui para a fragilização sistêmica.

Considerações Finais

Há, na teoria ortodoxa, determinada visão sobre o comportamento humano que o categoriza, bem como suas ações, sob o aspecto do consumidor. Para manter a assepsia e o comprometimento teórico, elegem-se as funções de ofertante e demandante, de mercadorias e mão-de-obra (além de capital), como

determinantes à análise e continuidade do processo econômico, e sob esse propósito desconsideram-se demais facetas da individualidade humana, numa tentativa de reconhecer o agente econômico e estudá-lo, sem confundi-lo com suas demais ocupações.

A riqueza dessa análise se encontra no teor objetivo e técnico a que o discurso se apoia, e, estando no cerne das proposições econômicas mais veiculadas, é ainda possível afirmar que há algum reconhecimento, do homem plural em relação ao homem econômico, que prestigia a neutralidade da concepção consumista em detrimento de uma concepção mais social e subjetiva.

A latente subjetividade das análises de cunho keynesiano, como afirmam em especial seus críticos, pretende reconhecer os demais aspectos da sociedade que não só serve às trocas, mas que de alguma maneira se vê dirigida a elas por meios e razões que ultrapassam a racionalidade econômica e encontram explicações na cultura, religiosidade e sociabilidade dos agentes que a compõem. Essas análises, apesar de mais amplas e pouco genéricas, oferecem explicações mais razoáveis para os momentos em que as falhas mercadológicas ultrapassam as consequências econômicas e atingem os seres humanos e a sociedade em todas as suas faces.

O descontentamento que a visão keynesiana produz nos agentes durante a bonança, no entanto, pode revelar mais sobre a visão da sociedade capitalista acerca de si mesma do que sobre os mecanismos econômicos disponíveis para a solução de crises. De alguma maneira, o homem social prefere o disfarce de agente econômico quando procura enfrentar a ode ao trabalho e quando lamenta a desigualdade social, talvez porque assim se abstenha das consequências nefastas que o regime da concorrência pode causar para além da esfera econômica.

No debate recente, a teoria ortodoxa, dominante ainda na academia, parece ter dado espaço a algumas contribuições keynesianas, se aproximando dos teóricos pós-keynesianos em relação, por exemplo, aos que consideram antecedentes da crise financeira de 2008 e a algumas prescrições para sua correção e prevenção. Autores de ambas as correntes, ademais, optaram por resgatar o trabalho do pós-keynesiano Hyman Minsky, alguns tratando a crise financeira como um verdadeiro Momento Minsky. Ao discutir proposições econômicas sob uma ótica de composição de passivos,

Minsky avança na teoria econômica keynesiana e sob a teoria econômica *mainstream*, cujas preocupações se concentram em estruturas de ativos, em direção a uma teoria que abrange o custo do

financiamento das decisões financeiras em contraposição à expectativa de retorno de cada agente financeiro, que de fato determina uma estruturação de seus ativos. A teoria de Minsky explica a crise mesmo que não haja um choque exógeno e, dessa maneira, supera as interpretações *mainstream*. E a reversão endógena do ciclo de expansão pela ótica minskyiana supera as demais interpretações alternativas da crise financeira na medida em que define um ciclo financeiro de desestabilização concernente ao descasamento de fluxos de entrada de caixa (receita ou crédito) com os fluxos de saída de recursos para cumprir compromissos contratuais. Ademais, a teoria do autor oferece uma série de lições teóricas a serem tiradas da ocorrência de crises financeiras, bem como possibilidades sugestivas para esses momentos inerentes de desestabilização e fragilidade.

Referências Bibliográficas

- ACEMOGLU, Daron (2009). **The Crisis of 2008: Structural Lessons for and from Economics**. United States: Massachusetts Institute of Technology. Disponível em: <http://economics.mit.edu/files/3703>
- GZVITAUSKI, T. R. **Uma Crise 'à la Minsky'?: uma análise da crise financeira sob a ótica de Hyman Minsky**. Araraquara: Unesp, 2015.

KEYNES, John Maynard (1990). **A Treatise On Money**. Vol I: The Pure Theory of Money. London: Cambridge. 363 p.

KEYNES, John Maynard (1990). **A Treatise On Money**. Vol II: The Applied Theory of Money. London: Cambridge. 424 p.

KEYNES, John Maynard (1998). **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo, Editora Atlas. 328 p.

KRUGMAN, Paul (2012). The Conscience of a Liberal: Economics in Crisis. New York Times. Disponível em: http://krugman.blogs.nytimes.com/2012/03/05/economics-in-the-crisis/?_r=1

MINSKY, Hyman P. (1986). **Stabilizing the Unstable Economy**. New Haven, Yale. University Press. 454 p.

_____ (1987). **Securitization** – Handout Econ 335A, Fall 1987 in the Minsky Archive at The Levy Economics Institute of Bard College.

_____ (1992). **The Financial Instability Hypothesis** – Working Paper n. 74. Acessado em: 26 de Março de 2010. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp74.pdf>

_____ (1996). **Uncertainty and the Institutional Structure of Capitalist Economies** – Working Paper n. 155. Acessado em: 26 de Março de 2010. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp155.pdf>

STIGLITZ, Joseph E (2010). **O Mundo em Queda Livre**: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial. Editora Schwarcz: São Paulo. 575p.

WALRAS, Leon (1996). **Elementos da Economia Política Pura**. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda. 352 p.